



# Quase 63 milhões recebiam menos de R\$ 500 por mês em 2021

**Isso corresponde a 29,6% da população brasileira**

**E**m 2021, cerca de 29,6% da população brasileira tinha renda domiciliar per capita de até R\$ 497 mensais. O percentual corresponde a 62,9 milhões de pessoas, o maior valor desde o começo da série histórica, iniciada em 2012. O número representa aumento de 9,6 milhões em relação a 2019. Os dados foram apresentados no Mapa da Nova Pobreza, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas Social (FGV Social).

Em entrevista à Agência Brasil, o diretor da FGV Social, Marcelo Neri, comentou que o cenário foi impactado por crise em cima de crise, uma delas causada pela pandemia, que veio de fora do país, o que ocorreu também no período do choque do petróleo em 1982. Neri destacou que, na pandemia, o nível da ocupação no mercado de trabalho sofreu grande impacto e caiu muito representando um choque nunca visto antes nas séries. O professor comentou que o

Benefício Emergencial para Preservação do Emprego e da Renda (BEm) amorteceu parte do impacto, mesmo assim, houve queda significativa da ocupação.

Neri vê melhora no nível de emprego: “A ocupação já voltou, a gente tem tido boas notícias de desemprego em queda, emprego formal em alta, já recuperando todas as perdas da pandemia. São excelentes notícias, mas elas acabam sendo dominadas, quando se computa tudo em ocupação e se leva em conta o salário das pessoas, a renda dos trabalhadores por conta própria e informais”. Mas teme que esses ganhos sejam minimizados pela inflação: “É verdade que teve uma recuperação de ocupação, desemprego já estava cedendo e continua cedendo em 22, só que a inflação alta acaba corroendo a renda das pessoas no mercado de trabalho”, disse.

O professor falou também sobre o papel do auxílio emergencial durante a crise. Segundo ele, o pa-

gamento do auxílio, que em nove meses foi equivalente a nove anos de Bolsa Família, fez com que a pobreza caísse ao nível mínimo. Mas, mas com a interrupção do benefício, o indicador voltou a subir. Ele cita também que, na passagem do auxílio emergencial para o programa Auxílio Brasil, mais de 20 milhões de pessoas deixaram de ser incluídas. “Quem estava no programa teve um grande benefício, mas teve as pessoas que saíram e a pobreza reflete essa flutuação da política social, que é ruim para o bem-estar da população. Esse é o segundo grupo de efeitos”, concluiu, completando que, com a adoção do Auxílio Brasil, no fim de 2021, a situação melhorou.

A renda habitual real do trabalhador brasileiro caiu 7,2% no trimestre março-abril-maio em relação ao mesmo período de 2021, informa a Pnad Contínua, divulgada ontem pelo IBGE. **Página 7**

# Informalidade atinge 40,1% da população ocupada

## IBGE: Desemprego caiu para 9,8%; rendimento fica estável

Dados da ocupação divulgados nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Brasil tem hoje 10,6 milhões de pessoas desocupadas. São 1,4 milhão de pessoas a menos frente ao trimestre anterior, o que representa um recuo de 11,5%. Na comparação anual, a queda foi de 30,2%, com 4,6 milhões de pessoas a menos desocupadas. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, entretanto, aponta que a taxa de desocupação ficou em 9,8% no trimestre móvel encerrado em maio.

O recuo foi de 1,4 ponto percentual em relação ao trimestre de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022, quando a taxa ficou em 11,2%, e de 4,9 pontos percentuais na comparação com o mesmo período de 2021, quando o desempre-

go estava em 14,7%. Segundo o IBGE, esta foi a menor taxa de desocupação para um trimestre encerrado em maio desde 2015, quando o indicador registrou 8,3%.

O total de pessoas ocupadas atingiu o recorde da série iniciada em 2012, com 97,5 milhões. Uma alta de 2,4%, ou mais 2,3 milhões de pessoas, na comparação trimestral, e de 10,6%, ou 9,4 milhões de pessoas, na comparação anual. O nível da ocupação foi estimado em 56,4%, alta de 1,2 ponto percentual frente ao trimestre anterior e de 4,9 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre de 2021.

A taxa composta de subutilização caiu 1,7 ponto percentual em relação ao trimestre móvel encerrado em fevereiro, para 21,8%. Na comparação com o trimestre encerrado em maio de 2021, a queda foi de 7,4 pontos percentuais. A população subutilizada ficou

em 25,4 milhões de pessoas, uma queda de 6,8% frente ao trimestre anterior e de 23,8% na comparação anual. A subocupação por insuficiência de horas trabalhadas atinge um contingente de 6,6 milhões de pessoas, número estável ante o trimestre anterior e 11,1% menor do que no mesmo período do ano passado. A população fora da força de trabalho caiu 0,8% na comparação trimestral, para 64,8 milhões de pessoas. Na comparação anual, a queda foi de 4,7%, o que representa 3,2 milhões de pessoas menos nessa situação.

A população desalentada está em 4,3 milhões de pessoas, uma queda de 8,0% em relação ao trimestre anterior, com menos 377 mil pessoas, e de 22,6% na comparação anual, o que representa 1,3 milhão de pessoas. O percentual de desalentados na força de trabalho ficou em 3,9% no

trimestre móvel encerrado em maio.

O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado subiu 2,8% no trimestre, para 35,6 milhões de pessoas. Na comparação anual, o aumento foi de 12,1%, o que representa um contingente de 3,8 milhões de pessoas. Por outro lado, o número de empregados sem carteira assinada no setor privado foi o maior da série, com 12,8 milhões de pessoas, um aumento de 4,3% no trimestre e de 23,6% no ano.

Os trabalhadores por conta própria ficaram estáveis em 25,7 milhões de pessoas no trimestre, mas o contingente subiu 6,4% na comparação anual, com mais 1,5 milhão de pessoas. As trabalhadoras domésticas são 5,8 milhões, número estável em relação ao trimestre anterior e 20,8% maior na comparação anual, com a entrada de

995 mil pessoas nesse setor. Os empregadores subiram 4,1% frente ao trimestre anterior, chegando a 4,2 milhões de pessoas. Na comparação anual o aumento foi de 16,2%. O setor público emprega 11,6 milhões de pessoas, número 2,4% maior do que no trimestre anterior e estável na comparação anual.

Com isso, a taxa de informalidade ficou em 40,1% da população ocupada, contra 40,2% no trimestre anterior e 39,5% no mesmo trimestre de 2021. No trimestre móvel encerrado em maio, o Brasil tinha 39,1 milhões de trabalhadores informais. A força de trabalho foi estimada em 108,1 milhões de pessoas, o maior contingente da série histórica. A alta foi de 0,8% no trimestre e de 4,6% no ano.

Segundo Marco Caruso, economista-chefe, e Eduardo Vilarim, economista da equipe econômica do

Banco Original, “houve aumento na criação de vagas em quase todas as classes, à exceção do trabalhador familiar auxiliar (trabalhadores sem remuneração que auxiliam o negócio de um membro familiar). Aqui, destacamos o aumento das contratações de empregados sem carteira assinada (4,26% frente ao trimestre anterior), equivalente a 12,8 milhões de pessoas, maior contingente desde o início da série histórica. Também é interessante mencionar a volta mais expressiva do número de empregadores, (tanto com CNPJ quanto sem) e os trabalhadores com carteira assinada (2,8% t/t). Esses dados conversam com o avanço setorial, refletindo o aumento da ocupação em segmentos como comércio e serviços (com destaque para alojamento e alimentação, outros serviços e serviços domésticos).”